
O perfil das rádios educativas do Piauí. Desafios, Perspectivas e frustrações

The Profile of Educational Radio Stations in Piauí. Challenges, Perspectives and Frustrations

Yasmim Helleen CUNHA⁶⁶
Orlando Maurício de Carvalho BERTI⁶⁷

RESUMO

O artigo traz o panorama e perfil das rádios educativas do Piauí. São pontos de partida os entendimentos desses perfis, os debates sobre os desafios, perspectivas e frustrações da feitura, ou tentativa de fazer comunicação radiofônica educativa no 9º maior estado em extensão territorial do Brasil. Metodologicamente baliza-se na conceituação de comunicação educativa, notadamente radiofônica, levando-se a origem da rádio no País (que nasce com intuito de difundir questões educacionais), passando para a situação piauiense através da aplicação de protocolos de pesquisa, ouvindo-se agentes dessas emissoras e ainda refletindo-se sobre essas situações. Nota-se que as rádios educativas do estado passam por sérias dificuldades de funcionamento e de manterem suas identidades comunicacionais e legais sobre suas funções de serem canais educativos. Dois terços delas não está em funcionamento.

PALAVRAS-CHAVE

Radiodifusão; Perfil; Rádios Educativas; Piauí.

ABSTRACT

The article presents the panorama and profile of educational radio stations in Piauí. The starting points are the understanding of these profiles, the debates about the challenges, perspectives and frustrations of making, or attempting to do, educational radio communication in the 9th largest state in territorial extension in the country. Methodologically, it is based on the concept of educational communication, notably radio, taking the origin of radio in the country (which was born with the aim of spreading educational issues), moving on to the situation in Piauí through the application of research protocols, listening to agents of these stations and even reflecting on these situations. It is noted that educational radio stations in Piauí are experiencing serious difficulties in functioning and maintaining their communicational and legal identities about their functions as educational channels. Two thirds of them are not working.

KEYWORDS

Broadcasting; Profile; Radio; Educational, Piauí.

⁶⁶ Estudante do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista de Iniciação Científica no PIBIC/UESPI/CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: yasmimhcunha@outlook.com

⁶⁷ Orientador do trabalho e da pesquisa de Iniciação Científica. Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Doutor em Comunicação Social (Umesp), com estágio na Universidad de Málaga (Espanha). Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI, e-mails: orlandoberti@yahoo.com.br ou berti@uespi.br

INTRODUÇÃO

O rádio ainda continua sendo de grande impacto no estado piauiense, a nona maior unidade federativa brasileira em extensão territorial. Segundo o IBGE (2019), com seus 251.616,823 quilômetros quadrados e população estimada de 3.264.531 habitantes o Piauí tem 224 municípios e menos de 20 rádios educativas. Se o Piauí fosse um país seria o 41º maior do mundo em termos de território, maior do que mais de 77% das federações mundiais contemporâneas. Tamanho escopo foi o pensamento inicial para a feitura deste artigo, notadamente para dar respostas à própria sociedade para quem são, o que fazem e como atuam as rádios educativas atuantes em território piauiense.

As rádios educativas brasileiras encontram-se no status da radiodifusão voltada para complementar a instrução formal com o intuito de mobilizar, instigar a participação e a construção de uma sociedade onde a democracia é essencial. As emissoras de rádio educativas devem ampliar o seu papel, restrito apenas ao simulacro da representatividade, levando-se em conta uma perspectiva badrillardeana (1991) para possibilitar na prática o exercício de pluralidades e diferenças nas contemporaneidades sociais. Estudar as rádios educativas, em um Brasil que teve sua mídia sonora praticamente iniciada como educativa, é voltar ao passado e entender o presente e suas interfaces sobre o status das rádios educativas contemporâneas. Mas por que as rádios educativas?

Já existe, ao menos, uma variedade média de levantamentos qualitativos e quantitativos no Piauí sobre rádios comerciais e comunitárias. Esses dois tipos são as que mais proporcionam regionalidades no território piauiense, como trata Orlando Maurício de Carvalho Berti (2014). Por causa das nebulosidades sobre as rádios educativas em si, ainda insipientes no estado, é feito este estudo e suas respostas são socializadas como ponto zero para futuros outros estudos e, notadamente, complementações e releituras.

Como frisa Luiz Artur Ferrareto (2000) o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador das novas esperanças; o consolador de enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. Bem como, complementamos, é o meio que também promove e instiga educação e tem o poder de construir melhores dias individuais e coletivos.

O objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões sobre o funcionamento das rádios educativas do Piauí, sobre os desafios no que se refere a atual realidade das 18 emissoras autorizadas a funcionar no estado até o fim de junho de 2019.

Metodologicamente partiu-se de três pontos. O primeiro foi de caráter teórico. Busca conceituações sobre o que é uma rádio educativa, faces e interfaces. Depois partiu para uma perspectiva mais pragmática, procurando-se, fazer levantamentos de quais são e onde estão as rádios educativas autorizadas no Piauí. Parte-se dos dados oficiais da Agência Nacional de Telecomunicações e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para chegar-se às questões práticas de aplicação de protocolo de pesquisa. Nessa parte contatou-se as rádios em si. Quando não era possível, partia-se para busca de comunicadores da cidade, depois para personalidades da cidade. Por questões logísticas, considerando-se a extensão territorial do Piauí, todos os contatos foram realizados por meio de aplicativos de mensagem instantânea em dispositivos móveis com o *WhatsApp* e ainda por redes sociais digitais. A parte prática foi realizada em oito meses, chegando à fase posterior da pesquisa. O terceiro, e último momento, metodológico foi a análise do que foi aferido, notadamente construindo-se respostas e reflexões sobre o que foi encontrado. Vários desses pontos estão socializados nesse material e constam o compromisso científico e social de compartilhamento de conhecimento.

Ressalta-se que o caminho a se percorrer ainda é longo, considerando que apesar dos avanços as emissoras de cunho educativo permanecem em segundo plano, assim como sua fiscalização, no que diz respeito a programação exclusivamente de caráter educativo. Visto que um dos pontos analisados é se realmente elas se consideram educativas, se realmente têm proporcionado educação nos lugares e regiões em que estão inseridas e se têm um papel diferencial realmente educativo e socializador.

A partir desses desafios, a então pesquisa vem analisar investigar e colher resultados sobre o contemporâneo funcionamento das 18 rádios autorizadas a operarem em ondas sonoras de FM no Piauí.

1. O RÁDIO NASCE EDUCATIVO NO BRASIL

No Brasil, como praticamente em todo o mundo, o rádio expandiu-se, multiplicou-se, vivenciou novos gêneros, fez história, trouxe muita informação, entretenimento, polêmicas,

para alguns, até alienação, chegando ao final da segunda década do Século XXI como um meio de comunicação social consolidado e múltiplo, inclusive voltando-se também às suas origens que é a educação, mesmo de maneira indireta, via entretenimento e informação.

O rádio nasce educativo no Brasil, notadamente com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que tinha a função social de compartilhar conhecimento. Liara Avelar (2004) fala da saga dessa emissora e como ela inspirou outras a serem educativas e depois vivenciar questões do entretenimento. No Brasil, oficialmente, somente em 1999, é que, entre a multiplicação de tipos de emissoras de rádio (só para citar algumas maneiras: comerciais, universitárias, públicas, comunitárias, legislativas, judiciárias) foram expandidas, abarcando e oficializando as emissoras que operariam como rádios educativas.

Através da Portaria Interministerial 651, assinada em abril de 1999 pelos então ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e das Comunicações, Pimenta da Veiga (LEX MAGISTER, 2019) instituiu-se a previsão de funcionamento no Brasil por meio emissão por sons e imagens de emissoras educativas no Brasil. Esse documento define os critérios para autorização e permissões com fins exclusivamente educativos, além dos critérios para as outorgas de concessão desse tipo de emissora. A portaria também fortaleceu que a radiodifusão educativa tem como destino principal a divulgação de programação de caráter educativo-cultural. Esse ponto as diferencia dos outros tipos de emissoras e dá, diretamente, os rumos de suas vocações básicas. É importante ressaltar, que na época desse dispositivo legal em questão não era preciso a realização de uma licitação para a outorga de emissoras comerciais, mas ainda assim era necessário haver uma publicação de edital.

De acordo com o proposto na portaria fica explícito que a política de concessões no Brasil é de se questionar, considerando que antigamente desde sua criação, há mais de 80 anos, existe uma política de “jogos de interesses” e ainda há o fato de que a maior parte das rádios consideradas educativas são advindas de concessões destinadas a fundações diretamente ligadas a empresas privadas, prefeituras, ao Governo Federal, estaduais ou municipais e ainda as universidades. É de extrema importância que as emissoras de radiodifusão sonora, que atuem na modalidade educativa recebam no território brasileiro a outorga para funcionamento em algum canal educativo.

A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à transmissão de programas educativos-culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Esse é o ponto básico da legislação nacional para diferenciá-la de outros tipos de rádios. As outorgas de concessão, citadas, não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos. Para executar o serviço, é necessário estar de acordo com o artigo 41 da Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em que trata sobre os direitos civis.

Já as rádios comunitárias são balizadas por outra Lei, a 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. As emissoras comunitárias têm outros fins, apesar de também terem funções específicas. As principais diferenciações é que uma rádio comunitária tem espaço físico de atuação, geralmente com poucos quilômetros de raio de atuação. Uma rádio educativa pode alcançar centenas de quilômetros de atuação, podendo ter maior número de colaboradores. As rádios comunitárias são mais gerais em termos de conteúdos, trazendo todos os públicos, enquanto as educativas trabalham mais com a educação propriamente dita. As rádios comunitárias, segundo Berti (2017), são as emissoras radiofônicas nas, das e para as comunidades, muitas vezes vivenciando a educação, sim, mas também as lutas sociais.

Para se conseguir concessões dos dois tipos de emissoras é necessário adequar-se ao PNO – Plano Nacional de Outorgas, participar de publicação de edital de seleção pública, contemporaneamente socializado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Além disso as emissoras candidatas necessitam também passar por habilitação, seleção, instrução, momento de proclamação de resultado, obtenção de portaria de autorização, bem como fase externa em que a emissora vai ao ar para fase experimental. Consagrados os avanços, existem incertezas quanto aos rumos da radiodifusão educativa, depende em maior parte do Governo Federal e dos humores dos governos do momento.

Octávio Pieranti (2015) destaca que novas outorgas de serviços de radiodifusão “dependem de um estudo de viabilidade técnica realizado pela (Anatel) e, antes da sua criação pelo próprio ministério da comunicação ou pelos órgãos que o antecederam”.

A fiscalização das emissoras de rádio, seja qual for a modalidade, é responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações. Mas, durante a visita de fiscalização a prioridade está ligada mais a questões técnicas. Contudo, não há fiscalização no que se refere ao cumprimento da Portaria Interministerial nº651, que trata do conteúdo da programação dos serviços de radiodifusão, que tem de ter finalidade exclusivamente educativa.

2. O PAPEL DAS EMISSORAS RADIOFÔNICAS EDUCATIVAS

O papel de uma emissora de rádio educativa é promover uma programação democrática, que resgate o sentimento da democracia e potencialize uma maior participação do público.

A partir deste conceito, a rádio educativa tem o intuito de educar, no real significado da palavra, propondo aos ouvintes algo que trasborde as barreiras do entretenimento, mas programas relacionados ao âmbito cultural, que somem em formação da cidadania e da realidade social. “As emissoras educativas têm a incumbência de resgatar e fortalecer o objetivo primeiro do rádio brasileiro, que nasceu com o intuito educativo e cultural” (ROLDÃO, 2006, p. 1).

O rádio consegue quebrar barreiras, democratizar assuntos, criar e debater interesses, investigar e cobrar respostas de interesses sociais, e ainda aproximar pessoas, culturas e a realidade, e somando -se a tudo isso um dos seus papéis fundamentais, o de ensinar. Entre a quantidade contemporânea de tipos de emissoras de rádio, as educativas têm um papel crucial na democratização da educação.

Leva-se em conta a educação como instrumento transformador e evolutivo, aos moldes das questões de Paulo Freire (2013) no sentido da própria emancipação por meio da educação. Não que essa interface seja exclusiva das educativas, visto que ser um meio (ou que deveria ser) de Comunicação Social, já transpassa por si só seu poder e papel social de promover a educação e a cidadania. No caso das rádios educativas esse papel é constitucional e sua função deve transpassar o simples ato de ser instrumento de órgãos educativos ou de laboratórios de escolas e universidades, mas sim, fundindo-se com os ideais comunitários e sociais, promover muito mais cidadania.

3. AS RÁDIOS EDUCATIVAS DO PIAUÍ – A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DOS VEÍCULOS DE RADIODIFUSÃO SONORA EDUCATIVOS NO TERRITÓRIO PIAUIENSE

Completados 20 anos da legislação sobre rádios educativas no Brasil, identificou-se que havia no Piauí até o meio do ano de 2019 a quantidade de 18 rádios emissoras autorizadas a funcionar na modalidade educativa. O acompanhamento dessas emissoras teve início no segundo semestre de 2018 sendo finalizado em meados de 2019. Do total de emissoras autorizadas a funcionar, somente seis, o que equivale a 33% – um terço – (como mostra a Tabela 1), encontravam-se em pleno funcionamento no Piauí.

Quadro 1. Panorama dos Canais de Rádios Educativas autorizadas a funcionar no Piauí

Nome da cidade que tem canal educativo	Distância da capital	Região do Piauí que está inserida	Frequência autorizada	Status atual
Acauã	483 Km	Sertão Central	89,3 MHz	Não funciona
Barras	127 Km	Norte do Piauí	105.9 MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Km	Sertão Norte	98. MHz	Não funciona
Campo Maior	85 Km	Sertão Norte	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Caridade do Piauí	464 Km	Sertão Central	89.7 MHz	Não funciona (Canal vago)
Curimatá	747 Km	Extremo Sertão Sul	88.7 MHz	(Canal Outorgado – aguardando licenciamento)
Dom Inocêncio	624 Km	Sertão Sul	88 5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Floriano	248 Km	Oeste	105.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Jacobina do Piauí	446 Km	Sertão Central	89.5 MHz	Não funciona (Canal vago)
Marcolândia	413 Km	Sertão Central	89.9 MHz	Não funciona (Canal vago)
Oeiras	282 Km	Sertão Central	106.1 MHz	Funciona Regularmente
Parnaíba	339 Km	Litoral	105.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Picos	314 Km	Sertão Central	104.3 MHz	Funciona Regularmente
Piripiri	165 Km	Sertão Norte	106.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
São Raimundo Nonato	522 Km	Sertão Sul	105.9 MHz	Funciona Regularmente
Sigefredo Pachêco	165 Km	Sertão Norte	89.1 MHz	Não funciona (Canal vago)
Teresina	0 Km	Capital	107.9 MHz	Funciona Regularmente
União	65 Km	Grande Teresina	106.5 MHz	Funciona Regularmente

Fonte: elaborado pelos (as) autores (as) com dados da Anatel (2019).

Luta-se muito no Brasil para ter-se um canal de rádio, pois sabe-se que esses canais são essenciais para a democracia e socialização de ideias. E quando ele é educativo essa luta é mais hercúlea, visto que, assim como uma rádio comercial, uma rádio educativa não tem especificamente área de abrangência para irradiar seus sinais. Mas a responsabilidade é mais premente, dadas as expectativas do próprio status educativo na transformação de uma cidade ou região. A potência é definida a partir da área que se pretende atingir. Porém, para os radiodifusores esta abrangência nem sempre é vantajosa financeiramente, considerando-se que

tende a resultar em onerações. Essa é uma vantagem em relação às rádios comunitárias que, por conta da Lei, têm área de atuação definida em poucos quilômetros de raio e abrangem mais comunidades geográficas, enquanto as rádios educativas têm o poder de abranger regiões geográficas inteiras.

No caso das emissoras do Piauí a distribuição da autorização das 18 emissoras não é equânime acerca de todo o estado. A cidade de Campo Maior (sétimo mais populoso do estado), por exemplo, tem dois canais autorizados. Enquanto isso 92,41% dos 224 municípios do Piauí não tem canais educativos radiofônicos. Se atentarmos para esse número acerca das emissoras que funcionam passa dos 95%.

Das seis rádios educativas em funcionamento até o meio de 2019, três delas, ou seja, metade, têm ligação direta com a Igreja Católica Apostólica Romana (as rádios educativas das cidades de Oeiras, Picos e São Raimundo Nonato, ligadas às dioceses daquelas cidades). A rádio educativa da cidade de Teresina, capital do estado, é mantida pela Prefeitura Municipal. E as rádios das cidades de Curimatá e União são mantidas por fundações privadas, com forte ligação à grupos político-partidários. De acordo com os dados levantados na pesquisa, nota-se que até junho de 2019 a programação das rádios educativas piauienses apresenta caráter religioso e cultural. Foi possível identificar também a ausência de programas infantis, um paradoxo na programação de rádios educativas. A grande parte dos funcionários dessas emissoras, principalmente as ligadas à Igreja Católica, é composta por colaboradores não remunerados. Apenas na rádio educativa de Teresina uma parte do quadro é de servidores efetivos aprovados em concurso público. Nas outras emissoras os colaboradores remunerados geralmente trabalham no sistema de cotistas: vão atrás de anúncios e dividem esses valores com a emissora.

Não há pesquisas específicas para aferir a audiência dessas rádios educativas, mas nota-se que nas regiões em que estão instaladas atuam como protagonistas, notadamente em questões de programações locais, já que têm poucas concorrentes radiofônicas. Contemporaneamente a maior concorrente de uma emissora de rádio no Piauí, é a Internet, notadamente com os compartilhamentos de conteúdos via redes sociais e pelos sites e blogs locais e regionais. A exceção é a capital, que tem forte presença televisiva local e tem forte elemento concorrencial da Internet.

4. PONTOS E CONTRAPONTO DAS RÁDIOS EDUCATIVAS NO PIAUÍ

A maior dificuldade de se pesquisar sobre as rádios educativas no Piauí é estabelecer um contato entre a emissora e o pesquisador(a). A maioria das rádios ainda que estejam com a situação regular, funcionam em parceria com fundações privadas, e isso reflete diretamente no fornecimento de informações pelos responsáveis. A maior parte dos dados coletados foram através de ligações, e-mails e mensagens de textos, que iam do diretor das respectivas rádios até de ouvintes e nas maiorias das vezes também eram voluntários que trabalharam nas mesmas.

Conforme pode ser observado na pesquisa, o cenário da radiodifusão sonora educativa no estado do Piauí é marcado por dificuldades, que vão além da estrutura física e sustentabilidade financeira. A maioria das emissoras sobrevive de doações e de voluntários. Além disso, boa parte são vinculadas a fundações das igrejas católicas das cidades, o que na opinião de alguns funcionários das respectivas rádios, não chega a ser suficiente para a manutenção delas.

As rádios educativas do interior do estado, sofrem escassez de pessoal, sendo uma das principais reclamações ao longo da pesquisa. O recurso destinado a emissoras, na maioria das vezes só é suficiente para a manutenção da rádio em si o que faz com que o funcionamento seja limitado. Os funcionários, como já citado, são voluntários, ou funcionários de igrejas que ajudam emissoras. Algumas emissoras contam com doações de estabelecimento locais e de arrecadação de doações durante campanhas em momentos importantes da cidade.

O que também se pôde observar, apesar das dificuldades, como o número considerável de emissoras entre comerciais e comunitárias, repasses e doações insuficientes a emissoras educativas, há que se destacar dois aspectos: a qualidade dos serviços e a dedicação do pessoal que atuam nestas emissoras. Como eles mesmos dizem “conseguimos fazer milagres, com muito pouco”. Outro aspecto que nos parece relevante mencionar diz respeito a qualificação profissional dos colaboradores das rádios analisadas. Dentre as que possuem profissionais formados em Comunicação Social estão: a FM xxxx de Picos e a FM xxx de Teresina, esta última é a única que conta com jornalistas concursados em seus quadros.

A prioridade é levar informação de qualidade de maior compreensão e alcance possível ainda que as circunstâncias não colaborem para isso. Diferente das demais emissoras do estado,

que atuam em função do jornalismo informativo, e são sustentadas por redes privadas ou por políticos, ainda que não esteja explícito. A linha editorial também é totalmente diferente, considerando que a audiência compete com os outros meios comunicacionais do estado, e tem suas características distintas das modalidades de rádio educativa ou comunitária, que tem como prioridades prestar serviços a comunidade em geral e fornece apoio na educação. Essa comparação demonstra a importância de haver mais emissoras de rádios com caráter realmente educativo e comunitário. Pois o conceito das mesmas se evidencia o fato de ter somente como referência às formas de concessões, mas principalmente, a construção da programação, o público a ser atingindo e claro, o conteúdo.

As reflexões se dão a partir dos resultados obtidos na coleta de dados da pesquisa através das experiências obtidas no contato com as respectivas estações radiofônicas. Foi possível identificar que cada emissora contém particularidades, desde o aspecto da programação até questões financeiras. O que também pôde se destacar são os diversos problemas apontados e não resolvidos, além de questionamentos sobre perspectivas futuras destas emissoras, considerando ponto chave sobre o entendimento uma vez que há dois terços de canais autorizados a funcionar que se encontram inativos por falta de recursos financeiros para levar ao ar estas emissoras.

É possível que o rádio tenha seu papel educativo estendido mais adiante num cenário em que as emissoras desta modalidade busquem alternativas na programação e sejam utilizadas de fato como instrumento na democratização do saber, contribuindo na formação da cidadania e impactando de forma positiva a realidade na qual estão inseridas, seja através da divulgação de todos os tipos de músicas, por meio dos programas culturais e educativos, seja na prestação de serviço ou na disseminação de informação verdadeira e de qualidade.

Considerando que uma rádio educativa que se preze, é imprescindível a divulgação de todos os tipos de músicas, programas culturais e educativos e ainda a informação e a prestação de serviços, ou seja, inserir em cada programa conteúdos educativos, pois a diferença está na forma em que o conteúdo é repassado, e não na sua separação dos demais. Mas este é um processo que depende de cada emissora, cidade e ou região e realidade em que ela está inserida. “A natureza da vinculação de uma emissora de rádio não pode ser o indicador a nortear a linha

der conduta da emissora, que precisa manter uma posição inventa é ética, compromissada com a informação e a formação do público” (BLÓIS, 2003, p. 10).

A questão da legislação com portarias e artigos explicando o que é necessário para que uma rádio de modalidade educativa funcione de forma regular e de acordo com os planos de concessão o que se tem o que se pode afirmar é que ainda há diversos problemas tanto históricos quanto atuais na radiodifusão educativa a serem resolvidos. Outro ponto a ser observado é que a vinculação da programação das emissoras educativas citadas no artigo em funcionamento contemporaneamente no Piauí é de formações religiosas, notadamente da Igreja Católica Apostólica Romana. Observa-se que não há uma regulamentação ou fiscalização de fato no conteúdo das rádios o que se sabe do ponto de vista da legislação rádio consideradas educativas devem ter programação exclusivamente voltada para educação e ainda são autorizadas a partir de concessões destinadas exclusivamente a Fundações ligadas a empresas privadas universidades governos estaduais ou municipais prefeituras. Ou seja, a emissoras estatais ou públicas, mas o fato de a emissora está ligado ao público programação tenha o cunho exclusivamente educativo o que exemplifica o citado acima. Vale ressaltar também de acordo com as tabelas apresentadas que apesar de terem a programação com o slogan educativo ela já terem totalmente a linha religiosa.

Fica claro então que quando se refere ao conceito de rádio educativa não devemos pegar como referência apenas a sua forma de concessão, mas o seu conteúdo e a forma como ele são repassados nas ondas do rádio, considerando que este é evidentemente um instrumento para o ensaio. Com isso devemos buscar o exercício da democracia apontado para o interesse público como complementar na ajuda do processo de educação formal.

Consagrados os avanços ainda existem desafios e dificuldades a serem enfrentados quanto aos rumos desta modalidade de rádio. A intenção do rádio educativo deve ir além do que vem sendo imposto pelos veículos de comunicação tradicionais, que restringe a cidadania apenas ao conhecimento de direitos e deveres. É necessário ir além e auxiliar as audiências em sua formação moral e intelectual.

REFERÊNCIAS

ANATEL. Rádios educativas autorizadas a funcionar no Piauí. **Agência Nacional de Telecomunicações**, 2019. Disponível em: <http://encurtador.com.br/aoGU7>. Acesso em: 29 jun. 2019.

AVELAR, L. O Rádio Educativo no Brasil: de Roquette-Pinto a Luiz Inácio Lula da Silva. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Alcar, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BERTI, O. M. de C. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do sertão do Nordeste brasileiro na internet**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

BERTI, O. M. de C. Rádios comunitárias e direitos humanos: o caso da rádio Serra FM: desafios e atitudes do fazer comunicação comunitária em um dos municípios de menor IDH do País. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 30-45, 2017.

BLOIS, M. Rádio educativo no Brasil: uma história em construção. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2003.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. **Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

IBGE. **Cidades e Estados**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/.html>. Acesso em: 28 jun. 2019.

LEX MAGISTER. **Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999**. Disponível em: <http://encurtador.com.br/nzBV1>. Acesso em: 14 abril 2019.

PIERANTI, O. P. Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011 -2016). **Revista Eptic**, Aracaju, v.18, n.3, p. 19-35, 2016.

ROLDÃO, I. C. C. O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2006.